

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.808 - SP (2019/0329018-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : MARIA AUXILIADORA DA COSTA
ADVOGADOS : HENRIQUE STAUT AYRES DE SOUZA - SP279986
JULIANO KELLER DO VALLE E OUTRO(S) - SP302568
RECORRIDO : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464
ADVOGADA : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI E OUTRO(S) - SP130291

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA AUXILIADORA DA COSTA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 399):

"APELAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. No primeiro grau, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, acolhendo-se preliminar de ilegitimidade passiva. LEGITIMIDADE PASSIVA. Uma vez que opera no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a apelada é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda. Existência de pool de seguradoras que têm responsabilidade solidária no cumprimento das obrigações relativas ao seguro habitacional. Precedentes desta E. Corte. Afastada a objeção processual e encontrando-se o feito apto a julgamento, aplica-se a TEORIA DA CAUSA MADURA para julgamento da lide. COMPETÊNCIA DO JUÍZO. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Competência da Justiça Federal que depende não apenas da natureza pública da apólice, mas também da efetiva comprovação do comprometimento dos recursos do FCVS. Fato não demonstrado. Competência do juízo estadual confirmada. ILEGITIMIDADE ATIVA. Não ocorrência. PRESCRIÇÃO. Inocorrência. Relação tríplice, uma vez que figuram o estipulante, o beneficiário (adquirente do imóvel) e a seguradora. Mutuários que, diferentemente dos estipulantes, não se submetem à prescrição anual. Ademais, há impossibilidade de se estabelecer o termo inicial do prazo prescricional. VÍCIO CONSTRUTIVO. Apólice securitária que expressamente exclui vícios construtivos internos. Validade da disposição contratual. Precedentes desta E. Corte. Inexistência de dever da seguradora de cobrir risco não assumido contratualmente. É certo que o princípio do pacta sunt servanda sofreu verdadeira relativização após o advento do atual Código Civil, que é essencialmente despatrimonialista em relação à legislação anterior. Todavia,

referido princípio ainda merece prestígio, devendo ser observado.

IMPROCÊDÊNCIA DOS PEDIDOS.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO."

No recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 7º do CPC/2015 e 47, 51 e 54, § 4º, do CDC, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, a ocorrência de cerceamento de defesa, diante do indeferimento de prova técnica essencial ao deslinde da causa, bem como que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas da maneira mais favorável ao consumidor e que são nulas as cláusulas que restringem direitos.

Aduz ser devida a cobertura dos vícios de construção pela Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro de Habitação e requer, ao final, o provimento do recurso especial para que seja anulado o acórdão impugnado ou que haja a condenação da recorrida ao pagamento da indenização securitária pleiteada.

É o relatório. Passo a decidir.

Observa-se, inicialmente, que não há o que reformar no acórdão atacado, que reconheceu a existência de elementos suficientes para a formação do julgador e, portanto, desnecessária a realização de prova pericial pretendida, na medida em que a jurisprudência desta Corte assinala que, "*sendo o juiz o destinatário da prova, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o entendimento pelo julgamento antecipado da lide não acarreta cerceamento de defesa*" (AgInt no REsp 1.429.272/MA, Relator o Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, DJe de 20/8/2018).

Noutro vértice, quanto à responsabilidade civil da seguradora pelos vícios construtivos, o colendo Tribunal de Justiça Paulista consignou, *in verbis* (fls. 409/412):

"RISCOS COBERTOS.

Na hipótese versada, a cláusula que dispõe sobre os "riscos cobertos" assim dispõe (fls. 73/74):

Cláusula 3ª Riscos cobertos 3.1 Estão cobertos por estas Condições todos os riscos que possam afetar o objeto do seguro, ocasionando: a) incêndio; b) explosão; c) desmoronamento total; d) desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural; e) ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada; f)

destelhamento, g) inundação ou alagamento.

3.2 Com exceção dos riscos contemplados nas alíneas a e b do subitem 3.1. todos os citados no mesmo subitem deverão ser decorrentes de eventos de causa externa, assim entendidos os causados por forças que, atuando de fora para dentro, sobre o prédio, ou sobre o solo ou subsolo em que o mesmo se acha edificado, lhe causem danos, excluindo-se, por conseguinte, todo e qualquer dano sofrido pelo prédio ou benfeitoria que seja causado por seus próprios componentes, sem que sobre eles atue qualquer força anormal” [g.n.]

Esta cláusula tem sua validade reconhecida pela jurisprudência desta E. Corte Bandeirante, devendo ser respeitada, uma vez que, nos termos do artigo 757, caput do Código Civil “pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou coisa, contra riscos predeterminados”.

Constou da exordial que os danos são oriundos da má qualidade do material utilizado e da técnica de construção fora dos padrões convencionais (fls. 05):

Neste ínterim, surgiram rachaduras em lugares diferentes na casa, as quais deixam as paredes visualmente desalinhadas, o reboco esfarela e caem em placas, a umidade ascende do solo criando manchas escuras nas alvenarias e ocasionando afundamento do piso em alguns pontos, o madeiramento do telhado é de baixa qualidade formando ondulações e deflexões, telhas de baixa espessura, o contra piso também possui defeito com presença de rachaduras, além da umidade e portas/janelas desalinhadas (abrem e fecham com dificuldade), e etc.

Sem saber como proceder, eventualmente, dentro das possibilidades financeiras a parte Autora efetuava reparo aos danos que surgiam, convicto que se estabilizariam, o que de fato não ocorreu. Atualmente se sabe que os problemas existentes em cada imóvel do conjunto habitacional em tela são decorrentes da irresponsabilidade cometida na técnica construtiva, ou seja, má qualidade do material utilizado, técnica inadequada de construção fora dos padrões convencionais, entre outros.

(g.n.).

Desnecessária, dessa forma, a realização de perícia ou a produção de outras provas no presente caso, uma vez que os documentos que instruíram o processo bastam para solucionar a questão.

A propósito, mister consignar que a própria apelante afirmou, em sua petição inicial, que os danos causados são decorrentes de defeitos internos de construção, inexistindo dúvida, portanto, acerca da natureza dos vícios alegados.

A realização de prova técnica, nessa circunstância, apenas retardaria o andamento do feito, o que é totalmente contraproducente e vai de encontro aos princípios que norteiam o processo e a efetividade jurisdicional.

Sendo assim, não há realmente que se falar em pagamento de indenização securitária, uma vez que os danos apontados pela apelante decorrem de vício construtivo, cuja cobertura se encontra expressamente excluída da apólice.

[...] Portanto, a exclusão contratual dos vícios endógenos existentes nos imóveis deve ser respeitada e impõe a rejeição da pretensão indenizatória.

Não se pode impor à seguradora a responsabilidade pela cobertura de um sinistro diverso das hipóteses ajustadas no contrato como riscos cobertos. É certo que o princípio do pacta sunt servanda sofreu verdadeira relativização após o advento do atual Código Civil, que é essencialmente despatrimonialista em relação à legislação anterior. Todavia, referido princípio ainda merece prestígio e, notadamente no caso em tela, deve ser preservado.

Destarte, de rigor a reforma da r. sentença de primeiro grau para, rejeitando-se as objeções processuais e de mérito deduzidas, julgar improcedente o pedido."

Das transcrições supra, infere-se que o acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do STJ, segundo a qual, nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

Nesse contexto, tendo entendido a Corte *a quo* que os vícios construtivos não estavam previstos nas apólices discutidas nos autos, para se concluir em sentido contrário seria indispensável a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que, na via estreita do recurso especial, esbarra nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ADMISSIBILIDADE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA

FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO NO IMÓVEL FINANCIADO. AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ.

1. Atrai a incidência do óbice previsto na Súmula n. 284/STF a alegação de que o art. 535 do CPC foi violado desacompanhada de argumento que demonstre efetivamente em que ponto o acórdão embargado permaneceu omissso, contraditório ou obscuro.

2. Incide o óbice previsto na Súmula n. 284 do STF na hipótese em que a deficiência da fundamentação do recurso não permite a exata compreensão da controvérsia.

3. Nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

4. Concluir que a apólice contratada prevê a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da construção demanda a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos atos, o que é vedado em recurso especial, nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.305.102/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 19/2/2016)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - DANOS CONSTRUTIVOS EM IMÓVEL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Consideram-se preclusas as matérias que, veiculadas no recurso especial e dirimidas na decisão agravada, não são reiteradas no agravo interno. Precedentes.

2. Com base no princípio da dialeticidade recursal, não se conhece do agravo interno que veicula razões dissociadas dos fundamentos da decisão singular.

3. A conclusão do acórdão recorrido, quanto à legitimidade ativa, adotada com base exclusivamente nos instrumentos anexos ao contrato de seguro, é insuscetível de reexame em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 5/STJ.

4. Verificar se a apólice do seguro habitacional excluiria de modo válido a cobertura de vícios de construção demandaria na interpretação das cláusulas do ajuste, juízo obstado pelo óbice das Súmulas 5 e 7/STJ.

5. Agravo interno conhecido em parte e, na extensão, desprovido."

(AgInt no REsp 1.581.014/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, DJe de 28/5/2018)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NEGATIVA DE COBERTURA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO. APÓLICE. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A Corte local, analisando os fatos e as provas dos autos, asseverou que a demandada não pode ser responsabilizada pelos vícios construtivos alegados na exordial, por não estarem cobertos na apólice securitária, a qual, ainda que seja oriunda de pacto de adesão, possui cláusulas expressas.

2. Infirmar a conclusão do Tribunal estadual (acerca da abrangência dos danos cobertos no contrato de seguro e da clareza de suas cláusulas) exigiria, indubitavelmente, o revolvimento fático-probatório destes autos, inclusive a interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, ante o disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.184.189/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 13/3/2018)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido em 1% (um por cento).

Publique-se.

Brasília/DF, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator